

EDUCAÇÃO SUPERIOR EMERGENTE CONSTRUINDO CIDADANIA

EMERGENT HIGHER EDUCATION BUILDING CITIZENSHIP

Marília Vilardi MAZETO *

RESUMO: Este artigo tem como objetivo refletir, com base na Declaração Mundial de Ensino Superior, sobre a educação tradicional que teve características multifacetadas, adaptando-se às exigências históricas ao longo do tempo, criando um universo exclusivamente pedagógico separado da vida, uma retalhação da visão de totalidade. A Declaração Mundial de Ensino Superior propõe uma *educação* baseada em valores, com a transformação para uma pedagogia baseada em princípios, que alicercem o processo de construção do sujeito, interagindo com o objeto, levando-o a uma consciência crítica da real situação do mundo, isto é, uma pedagogia social e prática que construa cidadania.

UNITERMOS: educação superior; pedagogia; valores e cidadania.

ABSTRACT: This paper's goal is to ponder, from the World Declaration on Higher Education, about the traditional education that had several fragmented characteristics, adapting it to the historical demand, creating an exclusively pedagogic universe apart from real life, a shredding in the vision of totality. The World Declaration on Higher Education proposes an education based on human values with the transformation to a pedagogy based on principles that find the process of construction of the subject interacting with the object, taking it to a critical conscience of the world's real situation, that is, a social and practical pedagogy that builds citizenship.

UNITERMS: traditional education; pedagogy; citizenship.

* Assistente Social, Advogada e Professora de Ética Profissional e Política Social da Faculdade de Ciências Humanas da UNIMAR, mestre em Direito do Estado.

A educação escolar não se limita a fazer uma seleção entre os saberes e os materiais culturais disponíveis num dado momento, ela deve também, para torná-los efetivamente transmissíveis, efetivamente assimiláveis às jovens gerações, entregar-se a um imenso trabalho de reorganização, de reestruturação, ou de transposição didática.

Chevallard

1 Trajetória do ensino superior tradicional emergente

A *educação* é hoje uma prioridade discutida no mundo inteiro. Diferentes países, de acordo com suas características históricas, promovem reformas em seus sistemas educacionais com a finalidade de torná-los mais eficientes e equitativos no preparo de uma nova cidadania, capaz de enfrentar a revolução tecnológica que está ocorrendo no processo produtivo e seus desdobramentos políticos, sociais e éticos.

Para registrar as reflexões sobre a *educação*, é necessário esclarecer o conceito de *educação*. Etimologicamente, a palavra vem do latim *educatio*, que quer dizer ato ou efeito de educar-se, ou processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano em geral, visando à sua melhor integração individual e social, segundo o dicionário *Novo Aurélio* (1999, p.728).

Neste sentido, o termo *educação* refere-se a um processo muito amplo, que abarca tanto aquilo que se denomina, de modo mais específico, *educação formal (educação escolar)*, quanto *educação informal (a educação não intencionalizada)*, que se realiza ao longo da existência do indivíduo, em sua vida cotidiana, “no convívio com os demais indivíduos, dentro das várias modalidades da prática social em que atua” (CARNEIRO, 1998, p.29).

Entretanto o professor J. Carlos Libâneo, (1985 *apud* ARANHA, 2001, p. 50) afirma que “educar (em latim, *educare*) é conduzir de um estado a outro, é modificar numa certa direção o que é suscetível de educação”. Segundo Aranha (2001), pode-se entender que educação é de uma conceituação mais ampla do que ensino e doutrinação, entendendo-se que ensino consiste em transmissão de conhecimento e doutrinação é uma pseudo-educação, que não respeita a liberdade do educando, impondo-lhe conhecimentos e valores.

Quanto aos dois primeiros conceitos, *educação* e *ensino*, não há como separá-los nitidamente, pois ambos se completam.

Como educar o ser humano, sem informá-lo sobre o mundo em que vive?

Segundo Aranha (2001, p.51):

É a partir da consciência de sua própria experiência somada à experiência da humanidade que o indivíduo tem condições de se formar como um ser moral e político. Deste modo, toda e qualquer informação pode ser assimilada pelo educando, independentemente que seja fornecida sem a aparente intenção de formação, interferindo na sua concepção de mundo.

Nesse estudo será focado a *educação superior formal* no Brasil, que foi sendo estruturada à luz de marcos normativos sem uma forma refletida, ou seja, sem uma filosofia da educação, que buscasse um acompanhamento reflexivo e crítico da ação pedagógica e da adequação do ensino-aprendizagem e da prática. A trajetória em torno de definições das normas jurídicas para a educação se travou em lutas entre grupos com diversos interesses políticos e econômicos.

Ao longo da história brasileira, essas lutas se travaram pela eleição de valores e normas atinentes ao projeto liberal e à necessária consolidação de um modelo social, político e humano. A implantação do ideário moderno espalhou-se em várias direções: pelo terreno político, na construção do governo democrático com a cisão do espaço

público e do espaço privado; pelo terreno econômico, com a definição do capitalismo, sistema produtivo baseado na propriedade privada; pelo terreno social, na afirmação liberal da concepção do homem como indivíduo e na adoção dos princípios da igualdade e da liberdade como balizas para uma vida associativa. Nessa perspectiva temos o advento do sujeito da modernidade representado como indivíduo dotado de uma consciência que lhe possibilita conhecer o real, discernir a verdade e realizar escolhas éticas, definindo sua ação.

Dentro desse contexto, idealizando o mundo moderno, Aranha (2001) define alguns aspectos que fundamentam a *educação geral* no Brasil: o individualismo, a liberdade, a propriedade, a igualdade e a segurança.

Com referência a esses aspectos mencionados anteriormente, Aranha (2001, p.137) define-os assim:

- **o individualismo**: a sociedade civil é formada pela aglutinação de indivíduos inicialmente separados no “estado de natureza”; quando se reúnem, o fazem para garantir a consecução de seus interesses individuais. Ainda mais: o sucesso ou não de cada um depende de seu talento e resulta da competição entre os membros da sociedade;
- **a liberdade**: vista como liberdade individual; “a liberdade de cada um vai até onde começa a liberdade do outro” é uma afirmação típica da concepção liberal individualista. Em outras palavras, espera-se que o sucesso de cada indivíduo seja garantido para o crescimento da sociedade como um todo;
- **a propriedade**: no sentido amplo de que todo indivíduo é proprietário de sua vida, de seu corpo, de seu trabalho e, no sentido estrito, de seus bens e patrimônio. Encontra-se no liberalismo uma característica que Macpherson chama de “individualismo possessivo”: “a essência humana é ser livre da dependência das vontades alheias, e a liberdade existe como exercício de posse”;
- **a igualdade**: entendida como igualdade civil; não se

admite a servidão, como na Idade Média, nem se suportam os privilégios da nobreza, que tanto irritam os burgueses; todos seriam iguais perante a lei e a todos seria oferecida igualdade de oportunidades;

- **a *segurança***: baseada em uma nova concepção de justiça, centrada na valorização da lei, em detrimento do arbítrio. Essa segurança era fundamental para a garantia da proteção e da conservação da pessoa, dos direitos e das propriedades.

Assim, foi neste contexto que se formou a escola liberal, não significando uma escola aberta, avançada, mas uma instituição que concretizou a *educação* proposta pelo liberalismo como um bem reservado à elite, numa visão mecanicista, que separa os indivíduos de seus relacionamentos e não reconhece a importância do contexto no qual estão inseridos.

Uma melhor compreensão da visão fragmentada da educação tradicional é explicada pela autora acima quando afirma que, na filosofia cartesiana, há necessidade de decomposição de uma questão maior em outras mais fáceis, tornando-as simples e suficientes para evidenciar uma resposta em que a idéia de natureza é governada por leis, cujas formulas são matemáticas, de onde há matematização do pensamento humano, que constitui a mais importante herança de Descartes.

Sendo assim, o método cartesiano direcionou a nossa educação à supervalorização de determinadas disciplinas acadêmicas, à superespecialização, uma vez que todos os fenômenos complexos, para serem compreendidos, necessitam ser reduzidos às suas partes constituintes.

Os modelos mencionados acima continuam norteando a educação hoje, ou seja, determinam um ensino fechado, que exige dos alunos memorização, repetição, cópia, ênfase no conteúdo resultado ou produto, que pune erros e tentativas de liberdade de expressão, somente instruindo e não educando para a cidadania.

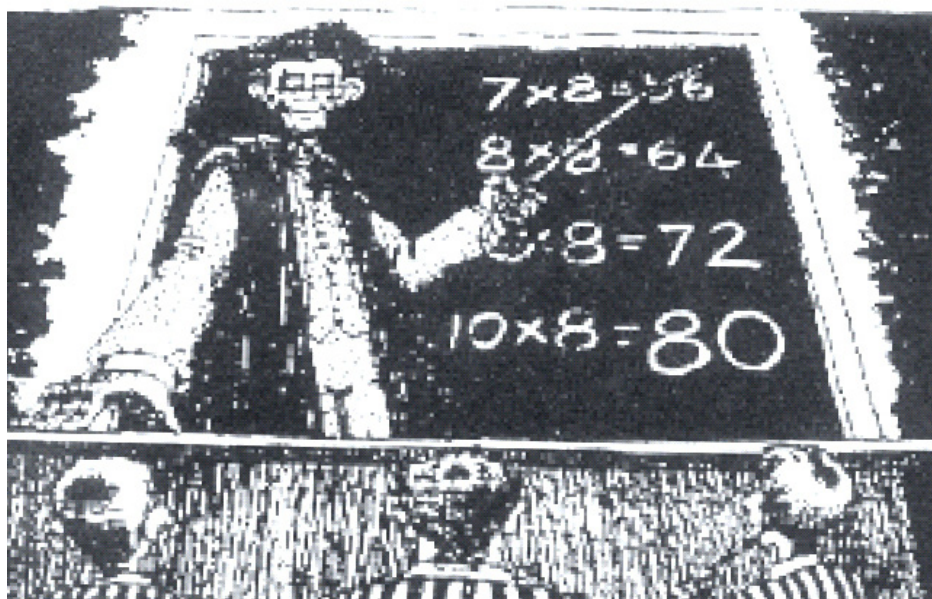


Figura 1 – A SALA DE AULA - Fonte: Britain, 1988

Essa questão, ilustrada pela figura acima e analisada por Aranha (2001), é determinada por vários fatores como a relação professor-aluno, em que o mestre detém o saber e a autoridade, dirigindo o processo de aprendizagem e servindo como modelo; o aluno é parte passiva deste processo, sendo apenas um simples receptor da tradição cultural; o conteúdo possui um caráter abstrato do saber, pois a preocupação é somente no transmitir o saber acumulado; a metodologia é valorizada em aulas expositivas, com exercícios de fixação; a avaliação valoriza os aspectos cognitivos (de aquisição de conhecimentos transmitidos), superestimando a memória, como também a capacidade de restituir o que foi assimilado. Submetidos a horários e currículos rígidos, os alunos são considerados um bloco único e homogêneo, não havendo qualquer preocupação com as diferenças individuais.

Forquim (2000, p. 15) afirma que “[...], a escola não ensina senão uma parte extremamente restrita de tudo que constitui a experiência coletiva, a cultura viva de uma comunidade humana”.

Através desse conjunto de fatores, a educação tradicional excluiu o pensador de seu próprio pensar, retirando o diálogo e as interações existente entre os indivíduos, entre a ciência e a sociedade, a técnica e a política, sedimentando, assim, em nossa cultura, a

insensibilidade aos valores, a mente técnica, o coração vazio. Como conseqüência, o ser humano alienou-se da natureza, do trabalho, de si mesmo e dos outros, passando a não mais conjugar os verbos compartilhar e cooperar, não existindo mais a compaixão e solidariedade no cotidiano das pessoas (MORAES, 2003).

Pode-se concluir que a educação tradicional, segundo os estudiosos, teve características multifacetadas, adaptando-se às exigências históricas ao longo do tempo, criando um universo exclusivamente pedagógico, separado da vida e preservado do mundo, um retalhamento da visão da totalidade.

Novas perspectivas educacionais podem estar se formando, em que o foco será a construção de um ser integral, articulando conhecimento adquirido com o mundo e os outros nas relações sociais, diferentes da influência da visão cartesiano-mecanicista, fechada, fragmentada, autoritária, desconectada do contexto, que concebe o sistema educacional e o ser humano como máquinas que reagem a estímulos (ARANHA, 2001, p. 158),

Uma construção da imagem do homem como máquina biológica, movida por instintos, para a visão do homem como possuidor de valores mais altos, com consciência, espiritualidade, justiça e amor; um homem preocupado com o ecossistema, com o equilíbrio do planeta Terra; com uma responsabilidade ilimitada de nossas ações e a busca de relações mais cooperativas, de integração, de compromisso com o todo. (PEREIRA, HANNAS, 2000, p.24-25)

Desta forma, esses conceitos da educação devem ser desenvolvidos buscando-se uma visão histórica da própria condição humana:

O ser humano é tratado como um ser resultante de relações sociais que não existem separadas dos indivíduos

reais, isto é, não se pode compreender o indivíduo isolado das relações sociais, tampouco tomar as relações sociais independentemente dos indivíduos que as realizam. (BONETTI et al., 1996)

Esse entendimento fala do ser humano como um ser genérico, que, ao projetar-se no mundo por intermédio do trabalho, se autodetermina como um ser universal, social, consciente e livre, intervindo no mundo, isto é, na sua relação com a natureza, com os outros seres humanos e com ele mesmo.

Assim, acredita-se que a *educação* desempenhe papel fundamental na procura de conhecimentos novos. Para isso, faz-se necessária uma construção teórica a respeito de como ocorre à participação do sujeito na construção do conhecimento, como algo que está em processo, um sujeito que possa apreender a realidade e reconheça essa realidade.

Desse modo, a importância da educação pode ser compreendida, em todos os níveis educativos e em todas as idades, [...] “para a realização plena da tríade indivíduo/sociedade/espécie, sendo que no seio desta tríade complexa emerge a consciência, objetivo a ser alcançado pela educação” (MORIN, 2003. p 105).

Dentro dessa perspectiva, a construção de um modelo educacional deve ser permeada por fundamentos axiológicos, voltada para uma nova ação, que, segundo Carneiro (1998, p.22), se compõe em:

[...] níveis escolares inscrevendo-se dentro de dois aspectos importantes para o ensino-aprendizagem que são: a) a questão da finalidade buscando valores e re-significações na perspectiva de uma cultura de transformação com uma construção teórica a respeito de como ocorre a participação do sujeito na construção do conhecimento; b) de mudanças estruturais rearticulando os níveis de ensino–aprendizagem (*educação básica e educação superior*).

Os níveis de ensino brasileiro impostos pela regulamentação completam-se com a *educação superior*, devendo existir uma relação na construção agregada e solidária de conhecimentos entre eles para atingir a sua finalidade, pois a formação não se realiza apenas no ensino superior, mas em várias etapas da educação.

Essas questões nos levam a refletir sobre a importância e a urgência de uma educação voltada para a formação de cidadãos.

1.1 A Educação Emergente e a Declaração Mundial do Ensino Superior.

Ao refletir sobre o Ensino Superior e sua expansão, não se pode deixar de destacar a Conferência Mundial sobre Educação Superior, realizada em Paris em 1998, que elaborou um documento, a *Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI*, voltado para uma visão e ação, dentro de uma realidade globalizada, aprovadas pela Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura (UNESCO).

Esse documento, entre outros aspectos, trata das missões e funções da educação superior, de forma profunda e abrangente, destacando idéias para uma reforma baseada em uma *educação* de valores e de transformação.

Em primeiro lugar, o referido documento define educação superior como tipo de estudos, treinamentos ou formação para a pesquisa em nível pós-secundário, oferecido por universidades ou outros estabelecimentos educacionais aprovados como instituições de educação superior pelas autoridades competentes do Estado.

Esta educação superior tem como um de seus grandes desafios proceder à:

[...] mais radical mudança e renovação que porventura lhe tenha sido exigido empreender, para que nossa sociedade, atualmente vivendo uma profunda crise de

valores, possa transcender as meras considerações econômicas e incorporar as dimensões fundamentais da moralidade e da espiritualidade. (UNESCO,1998)

Esse documento traz a consideração da *educação* como um dos pilares fundamentais dos direitos humanos e da democracia. Enfatiza também que os sistemas de *Educação Superior*:

[...] devem aumentar sua capacidade para viver em meio à incerteza, para mudar e provocar mudanças, para atender as necessidades sociais e promover a solidariedade e a igualdade; devem preservar e exercer o rigor científico e a originalidade, em um espírito de imparcialidade, como condição prévia básica para atingir e manter um nível indispensável de qualidade; e devem colocar estudantes no centro das suas preocupações, dentro de uma perspectiva continuada, para assim permitir a integração total de estudantes na sociedade (UNESCO, 1998)

Assim, diante de toda essa complexidade, a Declaração Mundial do Ensino Superior definiu as missões e funções da educação superior voltadas para bases que implicam em mudanças no projeto pedagógico da universidade. Essas implicações visam à qualidade da técnica dos futuros profissionais, que se tornou imprescindível em um mundo dominado pela competitividade, mas também sublinharam em igualdade de condições, a importância da formação ética e humanística do alunado. Aliás, a esse respeito, a universidade e as instituições de ensino superior e todos os envolvidos no processo educacional têm o compromisso de preparar uma nova geração de jovens solidários e sensíveis ao desenvolvimento de uma nova cultura de paz. São esses jovens que, na vida prática, poderão colaborar para a construção de processos presididos por valores éticos e orientados para a busca da equidade e da justiça social, condições fundamentais para que não se repitam, no século XXI, algumas das atrocidades que enxovalharam o século XX.

Aqui cabe uma observação importante, pois são esses jovens também - os que optarem pela carreira docente - que terão a difícil missão de transformar as escolas de educação básica em agências de cidadania, desencadeando, na base um amplo movimento de educação para a solidariedade e para a integração da tríade indivíduo/sociedade/espécie.

Na verdade, diante de todas essas questões suscitadas acima, o ensino-aprendizagem deve estar voltado para promover todos os seres humanos à condição de cidadão, visando desenvolver uma pedagogia baseada em princípios que alicerces o processo de construção do sujeito interagindo com o objeto, que o leve a uma consciência crítica da real situação do mundo, isto é, uma pedagogia social e prática.

Isto implica em uma educação levada a sério, passando do senso comum à consciência filosófica, tendo como conseqüência a formação de um processo educativo capaz de gerar um novo sistema ético respaldado por novos valores, novas percepções e novas ações, que leve em consideração as diversas dimensões do fenômeno educativo, seus aspectos físicos, biológicos, mentais, psicológicos, culturais e sociais, com uma perspectiva revolucionária.

O entendimento dessas expectativas não é uma tarefa simples e depende fundamentalmente de novas formas de conceber e implementar políticas educacionais, da ruptura de paradigmas, mudança de mentalidade e das conseqüentes transformações pedagógicas. É preciso resolver tudo na prática, no dia-a-dia, para que as diretrizes determinadas na Declaração Mundial do Ensino Superior não se transformem em letra morta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Maria Lúcia Arruda de. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Moderna, 2001.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. São Paulo: Cortez, 1999.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB Fácil**. 3ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

FORQUIM, Jean Claude. **Escola e Cultura**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

MORIN, Edgar. **Os Setes Saberes necessários à Educação do Futuro**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

PEREIRA, Iêda Lúcia, HANNAS, Maria Lúcia. **Educação com consciência: fundamentos para uma nova abordagem pedagógica**. São Paulo: Gente, 2000.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TYLER, Ralph. **Princípios básicos de currículo e ensino**. Porto Alegre: Globo, 1973.

UNESCO, Conferência Mundial sobre Educação Superior: **Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação**. Tradução Amós Nascimento. Piracicaba: UNIMEP, 1998.